

-----Acta n.º. 29-----

-----Aos dois dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, nesta Cidade e Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente, conforme Edital número cento e quarenta, barra, noventa e nove, de vinte e cinco de Novembro, a Câmara Municipal de Torres Vedras, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----António Maria da Silva Ferreira Nunes.-----

-----Engenheiro João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----Dr. Luís Filipe Natal Marques Santos.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Engenheiro José Francisco Damas Antunes.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Dra. Isabel Maria Prior Pinheiro.-----

-----A reunião foi secretariada pelo Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DE DOIS MIL – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DOIS MIL:-----

-----Submete-se à apreciação do Executivo a proposta dos documentos em título, elaborados nos termos do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho.-----

-----Anota-se que, do Plano de Actividades para dois mil, constam expressamente os seguintes pedidos de autorizações diversas a apresentar à Assembleia Municipal, conforme se transcreve:-----

-----**“Realização de Despesas com Encargos Financeiros para além de Dois Mil:**-----

-----Para que a execução do Plano se desenvolva de modo expedito, solicita-se autorização para a realização de despesas respeitantes a contratos de empreitadas, de aquisição de bens e serviços e de locação financeira, nos casos em que os respectivos contratos originem ou venham a originar encargos financeiros para além de dois mil e em que, por consequência, os pagamentos decorrentes desses contratos venham a ser satisfeitos em gerências seguintes.”-----

-----**“Derrama para o Ano Dois Mil e Um:**-----

-----Solicita-se autorização à Assembleia Municipal para criação de uma derrama para o ano dois mil e um, destinada a reforçar a capacidade financeira.-----

-----Esta derrama terá a taxa de dez por cento e incidirá sobre a colecta do Imposto Sobre o

Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).”-----

-----“**Contribuição Autárquica para o Ano de Dois Mil:**-----

-----Propõe-se à Assembleia Municipal, de harmonia com o disposto no número um do artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois – c, barra, oitenta e oito, de trinta de Novembro, a fixação da taxa da Contribuição Autárquica em um por cento, prevista na alínea b) do número um do artigo décimo sexto do referido diploma legal, na sua actual redacção.”---

-----“**Aprovação de Operações de Loteamento de Iniciativa Municipal:**-----

-----Solicita-se também autorização para aprovação, ao abrigo do disposto no artigo sessenta e quatro, alínea b), do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito, barra, noventa e um, de vinte e nove de Novembro, na sua actual redacção, de operações de loteamento, nos casos em que essas operações não estejam abrangidas por Planos Municipais de Ordenamento do Território.”-----

-----“**Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia:**-----

-----Solicita-se autorização à Assembleia Municipal para delegação de competências nas Juntas de Freguesia, ao abrigo do artigo sessenta e seis da Lei cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, no que respeita à concretização de projectos inscritos no Plano de Actividades e Orçamento, com a correspondente transferência de meios financeiros.”-----

-----O Sr. Presidente começou por salientar que a elaboração destes documentos assentou numa política de equilibrar as despesas em função das receitas, dentro dos limites do razoável.-----

-----Quanto aos investimentos, salientou que os mesmos estão condicionados ao Quadro Comunitário de Apoio, cujas linhas mestras ainda não estão definidas, daí os documentos apresentarem obras já contempladas anteriormente, o que poderá dar uma imagem de continuidade, mas que, pelas razões apresentadas, não poderia ser de outra maneira.-----

-----No entanto, na expectativa do que o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio possa prever, existe uma vontade de desenvolver determinados objectivos, muito embora, por questões técnicas de ordem contabilística, as rubricas se encontrem apenas formalmente abertas.-----

-----Referiu-se em concreto ao gráfico referente à dotação global por objectivos, onde continua a ser a rubrica das “Comunicações e Transportes” a absorver a maior verba.-----

-----Trata-se essencialmente de dar continuidade à rede viária e sinalização, em que a maioria dos projectos já foram iniciados.-----

-----A Educação surge como segundo objectivo, tendo em conta a grande aposta na Educação Pré-Escolar, e na construção de diversos equipamentos.-----

-----No tocante à previsão das receitas, referiu que a actual conjuntura não é muito clara para se fazerem previsões com algum rigor, pois aproxima-se a introdução de um novo sistema contabilístico, o denominado Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, para além de nova legislação sobre loteamentos e obras particulares, área esta de onde, como é sabido, provêm a

maioria das taxas.-----

----Explicitou, igualmente, a evolução das receitas provenientes da Siza, Contribuição Autárquica, Derrama e Imposto Automóvel, que constituem os denominados impostos indirectos, como principais fontes de receita.-----

----De seguida, o Sr. Presidente esclareceu algumas dúvidas colocadas pelo Sr. Vereador Caetano Dinis, no que se refere aos objectivos definidos para o Abastecimento Público, cujas verbas lhe causaram dúvidas, tendo dito que a compra dos terrenos está prevista em rubrica própria.-----

----Também o Sr. Vereador Engenheiro João António colocou sérias reservas às verbas atribuídas ao Programa REHABITA, e à expectativa que o mesmo tem gerado, pelo que, apresentando-se este projecto com uma verba de dez mil contos, sente grande insegurança e dificuldade em explicar aos muitos candidatos a exiguidade da mesma que, inevitavelmente, inviabiliza a maioria das candidaturas.-----

----O Sr. Presidente garantiu que o projecto não será inviabilizado e que a redução de trinta mil para dez mil contos se deve, tão só, a questões técnicas, para equilíbrio do orçamento, pelo que, na altura própria, a rubrica será reforçada.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António disse não estar contemplada a proposta que fez, no sentido da aquisição de imóveis na Zona Histórica que, em seu entender, resultaria melhor em termos sociais do que a aquisição de fracções. Lamentou que se venha a perder esta oportunidade, pois o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado dispensa apoios, através de programas que não têm limite de verbas.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que a rubrica se encontra aberta.-----

----Quanto à observação feita relativamente aos cemitérios, informou que a redução de verbas assenta na intenção de se vir a delegar a gestão do Cemitério de São Miguel na respectiva Junta de Freguesia.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis, numa apreciação geral que fez dos documentos, considerou este Plano um pouco mais realista. Contudo, politicamente, falta-lhe algum arrojo, o que denota bem “o meio do mandato”.-----

----Não obstante as explicações que lhe foram já dadas, salientou que os números falam por si e que, percentualmente, o Abastecimento Público é aquele onde se verifica uma maior baixa.-----

----Outra preocupação é a da construção do novo Mercado Coberto da Cidade, cujo objectivo não vê contemplada, sendo este um equipamento que Torres Vedras, como cidade média, não poderá adiar por mais tempo.-----

----O Sr. Presidente lembrou que tudo está a ser acautelado no âmbito do aproveitamento dos terrenos do Município que foram adquiridos à Quimigal, para onde se prevê o lançamento de um Concurso de Concepção / Construção, do qual resultará um novo Mercado sem quaisquer custos

para o Município.-----

----Se tal não vier a concretizar-se, é sua intenção recorrer ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio.-----

----Voltou a intervir o Sr. Vereador Caetano Dinis para colocar algumas questões sobre o objectivo da construção de uma pista de atletismo, nomeadamente a sua localização.-----

----Ciente que já estava de que este equipamento não está programado para a Zona de Desporto e Lazer de Arenas, lamentou que, até ao momento, o Sport Clube União Torreense não tenha dado qualquer passo visando a aquisição, nem que fosse de uma parcela de terreno.-----

----Disse que se trata de um projecto bastante ambicioso, no qual o Clube terá sempre de contar com a Autarquia, pelo que a esta cabe o papel dinamizador em todo o processo.-----

----Mostrou a sua discordância quanto aos investimentos a fazer no Campo do Paúl, pois considera que as valências futebol e atletismo não poderão coabitar, daí reforçar o seu ponto de vista de que seria mais proveitoso investir na aquisição dos terrenos.-----

----Enlencou um conjunto de preocupações relativamente à política desportiva que vê espelhada nestes documentos, face às verbas atribuídas a cada objectivo.-----

----Apontou ainda o que considera ser uma lacuna, ou seja o “Pavilhão Gimnodesportivo da Cidade”, permitindo-se concluir que o Partido Socialista não está a cumprir o seu programa eleitoral.-----

----O Sr. Presidente discordou desta alusão pois entende que a cidade irá usufruir do Pavilhão do Sporting de Torres, não defendendo a filosofia de um equipamento desta natureza como inteiramente municipal.-----

----Não deixou passar as observações feitas relativamente aos terrenos da Zona de Desporto e Lazer, realçando a necessidade de ser elaborado um projecto global que dê suporte a um eventual processo de expropriação e de candidatura a fundos comunitários.-----

----O Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha proferiu as mais amplas explicações sobre a política desportiva, salientando que as dotações previstas para cada objectivo foram acordadas com os Clubes envolvidos, no entendimento de que os equipamentos desportivos pesados devem ser de propriedade municipal, com a faculdade de, mediante Protocolos, ser cedida a sua gestão.-----

----A este propósito, o Sr. Vereador Caetano Dinis, lembrou os acordos estabelecidos com o Sport Clube União Torreense, aquando dos grandes investimentos feitos com o arrelvamento.-----

----Entrou-se na discussão do que já vem sendo apontado como uma falta para a cidade, nomeadamente a existência de uma piscina municipal, tendo o Sr. Presidente defendido o ponto de vista de que importa deixar concluir e cimentar o projecto da Física, o que foi contestado pelos Srs. Vereadores Caetano Dinis e Engenheiro João António, o primeiro no que entende ser uma forma de protecção, e o segundo quanto às características do equipamento que não contempla uma

piscina de competição.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes começou a sua intervenção para, mais uma vez, protestar contra o prazo exíguo que lhe foi dado para análise de documentos de tamanha importância, a acrescer o facto de o sistema não permitir uma leitura fácil, recusando as alegações de que o quadro legal não permite outra apresentação.-----

----Como primeira lacuna, apontou uma clara vontade de avançar para uma política de implementação de Parques Industriais, pois o que se apresenta são apenas verbas para abertura de rubrica.-----

----O Sr. Presidente informou que se está a encarar seriamente a utilização dos terrenos da propriedade municipal “Monzebro”, através da constituição de uma empresa municipal onde a maioria do capital pertença sempre à Autarquia, a exemplo do que tem vindo a ser seguido por outros municípios.-----

----O Sr. Vereador Dr. Natal Marques chamou a atenção para o projecto que contempla uma verba de noventa mil contos e se destina à aquisição de terrenos contíguos aos que a Câmara actualmente detém.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes lamentou que o investimento global seja, na sua maior parte (setenta e cinco por cento), canalizado para a cidade, restando às Freguesias apenas vinte e cinco por cento.-----

----O Sr. Presidente contestou esta interpretação, pois há que ter em conta o peso que representa no orçamento as grandes rubricas afectas às vias municipais que são essencialmente destinadas ao meio rural.-----

----Continuando, o Sr. Vereador no uso da palavra, referiu que as explicações do Sr. Presidente não estão devidamente clarificadas nos documentos apresentados. Contudo, considerou que o mais grave é a falta de opções claras para recuperar o atraso no saneamento básico.-----

----A este propósito, o Sr. Vereador Engenheiro João António afirmou que, com base em elementos oficiais emanados da Comissão de Coordenação Regional, Torres Vedras revela atrasos nesta área, pois de quarto lugar no início do Quadro Comunitário de Apoio passou para décimo lugar.-----

----O Sr. Presidente contrapôs, declarando que Torres Vedras, em termos populacionais, é o município que melhor cobertura tem.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António questionou a percentagem de funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais, concluindo que Torres Vedras investiu fortemente na água, mas não no saneamento.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes questionou directamente a razão da redução de transferência de verbas para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tendo o Sr. Presidente esclarecido que tal situação se deve à inexistência de obras no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de

Apoio.-----

----Acresce o facto de, por razões da entrada em vigor de nova legislação em matéria de contratação e realização de despesas públicas, terem sido anulados dois concursos de duas grandes empreitadas, objectivos estes que transitam para o ano dois mil.-----

----Lembrou que, perante qualquer perspectiva de obra nova, há sempre o recurso à figura da revisão aos documentos financeiros.-----

----Reportou-se à problemática do financiamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nomeadamente através de empréstimos que até agora têm vindo a ser contraídos em nome próprio da Câmara, havendo que equacionar a autonomia dos próprios Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nesta matéria.-----

----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro rebateu as afirmações produzidas pelo Sr. Vereador Engenheiro João António, relativamente ao concelho, face aos elementos concretos que lhe foram fornecidos pelos Serviços onde, claramente, se evidencia que sessenta e seis por cento do saneamento já se encontra em rede separativa, quando a média nacional é de cinquenta e cinco por cento.-----

----No que respeita ao tratamento das águas residuais, há que ver as percentagens, pois, em mil novecentos e noventa e oito, a cobertura era de trinta e três por cento, sendo que em mil novecentos e noventa e nove, com a entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Silveira, essa cobertura passará para cerca de quarenta e nove por cento, o que leva a concluir que não estamos abaixo da média nacional.-----

----Não deixou de referir o tempo que demora a tramitação de um processo de concurso, aludindo concretamente aos que foram reabertos, cujo acto público de abertura de propostas decorreu hoje mesmo, logo a concretização das novas obras fará subir a cobertura a nível percentual para cerca de sessenta por cento, o que demonstra que, a par da água, muito se tem feito, posicionando-se Torres Vedras acima da média nacional.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes, pese embora toda a argumentação expendida, afirmou que a realidade é que todos os efluentes das zonas norte e sul da cidade correm a céu aberto para o rio.-----

----Por outro lado, é certo que a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Maceira funciona apenas a dez por cento e a de Santa Cruz a vinte por cento, logo não se chegará às percentagens referidas.-----

----Em seu entender, trata-se de um orçamento que privilegia questões não prioritárias, em detrimento duma clara definição de opções. Na verdade, as Câmaras têm de fazer opções e, dos documentos em análise, fica-lhe a interrogação sobre quais são as nossas.-----

----O Sr. Presidente aceitou algumas críticas feitas quanto ao saneamento, reconhecendo que nem tudo ainda está feito, mas existe uma determinação forte em avançar-se com as candidaturas, o que

representará para a autarquia um esforço enorme.-----

-----Sobre esta última observação, o Sr. Vereador Ferreira Nunes enjeitou-a por completo, pois uma Câmara com um orçamento de cerca de sete milhões de contos e dispondo de uma larga margem de capacidade de endividamento, não pode utilizar a expressão “esforço enorme”.-----

-----O Sr. Presidente não aceitou a afirmação de que a Câmara não teria opções, passando a citar o reforço de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, em mais de duzentos mil contos, traduzidos em comparticipação para aquisição de viaturas de apoio a transportes escolares, comparticipação nas receitas de ocupação da via pública, publicidade e o forte investimento nos arruamentos.-----

-----Quanto à cidade, as prioridades estão bem definidas, citando o Parque Regional de Exposições, Parque Verde, Avenida Poente – primeira e segunda fases, e equipamentos culturais, nomeadamente a recuperação do edifício dos Paços do Concelho e o Cine-Teatro.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro João António, no uso da palavra, referiu-se igualmente à falta de tempo útil para análise dos documentos.-----

-----Contudo, ressaltou-lhe o facto de, a nível do planeamento, não constar a elaboração de um Plano de Urbanização abrangendo o território que vai da zona norte de Santa Cruz, até Santa Rita, pois trata-se de uma zona altamente sensível, onde urge controlar o crescimento.-----

-----Sobre política de loteamentos industriais, constata que o assunto vai sendo adiado, de ano para ano.-----

-----É da mesma opinião do Sr. Vereador Ferreira Nunes, no que respeita ao que considera a excessiva concentração de investimentos na cidade, tendo em conta que apenas trinta por cento da população lhe está afectada. Há que criar melhores condições de vivência, a todos os níveis, no meio rural, o que não passa só por aumentar os perímetros urbanos.-----

-----Reportou-se concretamente aos denominados equipamentos culturais, para reforçar o seu ponto de vista de defesa do Cine-Teatro, mas aproveitado para um pequeno estúdio, não tendo ilusões de que outros eventos ali se possam realizar. Entende que haverá que investir a sério mas noutra local.--

-----Em matéria de política cultural, continua a defender a organização de grandes eventos, em detrimento de pequenas acções que passam despercebidas.-----

-----Citou o projecto referente à Bienal, o qual, por razões que desconhece, não se realizou, lamentando tal facto.-----

-----Questionou também a subida das despesas de pessoal em dez por cento, nomeadamente no capítulo “Órgãos da Autarquia”, tendo, desde logo, o Sr. Presidente esclarecido que, na elaboração dos documentos do ano anterior não se teve em conta a reestruturação de carreiras que ocorreu.-----

-----Outra questão levantada pelo Sr. Vereador Engenheiro João António foi a da redução das transferências para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, o que lamenta, pois parece-

lhe que a Câmara quanto mais recursos tem, menos investe nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro lembrou que a questão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento já fora antes esclarecida, contudo referiu que este facto se deve à indefinição em termos de candidaturas ao FEDER, mas fica sempre a possibilidade de, logo que as mesmas estejam aprovadas, se recorrer à Revisão dos Instrumentos de Gestão.-----

-----Voltando a intervir o Sr. Vereador Engenheiro João António, reportou-se ainda ao preço da água no nosso Concelho, deixando a pergunta sobre se foram desenvolvidos contactos com o Governo, tendo o Sr. Presidente feito o ponto de situação.-----

-----Por último, solicitou esclarecimentos sobre a entrada em funcionamento do Centro de Apoio à Toxicodependência, tendo o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha informado que, conforme recentes dados, as obras estão concluídas e o Director nomeado, prevendo-se que a sua entrada em funcionamento ocorra no início do próximo ano, situação esta, alheia à Câmara e que ambos lamentaram.-----

-----O Sr. Vereador Caetano Dinis, face à forma como continuam a ser apresentadas as duas grandes rubricas relativas a vias municipais, sem discriminação, perguntou se está prevista a reabilitação de um conjunto de arruamentos na cidade que constituem um eixo Sul / Norte a Poente, actualmente, tudo em paralelepípedo e em péssimo estado de circulação.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que esta questão o preocupa, contudo existem situações pendentes, como seja o saneamento e o grande volume de obras que irá resultar do empreendimento da EIIO.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes começou por lamentar a forma como o Plano se apresenta pois, para além da falta da nota introdutória, o documento também não constitui o original.-----

-----Relativamente à Contribuição Autárquica defendeu, com base na argumentação que já em tempos apresentou à Câmara, que a mesma deveria baixar para zero, vírgula, nove.-----

-----Em matéria de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, mostrou a sua discordância pela forma como o assunto se apresenta, pois a Lei enumera-as taxativamente, daí a obrigação de constarem no Plano.-----

-----Levantou também algumas dúvidas sobre a forma como a competência relativa à toponímia tem vindo a ser tratada, em termos técnico-administrativos.-----

-----Pedi também esclarecimentos relativamente à questão da gestão dos Cemitérios Municipais, na óptica de que o de S. Miguel possa vir a ser entregue à Junta de Santa Maria.-----

-----Criticou a forma como são apresentados os mapas referentes ao apoio às Freguesias, que reportam para as competentes folhas do orçamento, o que torna a sua leitura pouco fácil.-----

-----Prosseguindo, interrogou-se sobre o que se pretende em termos de Ensino Superior para Torres

Vedras, bem como a intenção de implementar uma Escola de Enfermagem.-----
----Pedi também esclarecimentos sobre as actividades previstas para a Comissão Municipal da Juventude, tendo em conta a verba com que está dotada.-----
----De seguida apresentou proposta subscrita pelos Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, a qual se passa a transcrever:-----
----“Considerando que um dos problemas de poluição ambiental, existente por todo o País, e, naturalmente, também no nosso concelho, é o lixo espalhado por todo o lado. O mesmo acontecendo pelas nossas escolas.-----
----Considerando que é pelos jovens que, com persistência, se vão mudando alguns hábitos vulgarizados na sociedade actual.-----
----Considerando que as escolas devem ser o principal alfobre de educação em todos os âmbitos.----
----Considerando que a educação e o estímulo funcionam melhor que a repressão, e acreditando no envolvimento da juventude torriense, propomos:-----
----Um – Seja criado o Trofeu Escola Limpa.-----
----Dois – Este prémio abrange as escolas do segundo e terceiro ciclos e secundário, existentes ou a criar no Município de Torres Vedras.-----
----Três – Para obtenção do prémio as escolas serão visitadas mensalmente, sem aviso prévio, por técnicos da autarquia e, se possível, da Coordenação da Área Educativa do Oeste, que atribuirão pontuação. Avaliando a limpeza no interior e no exterior.-----
----Serão também atribuídos pontos pela quantidade de recicláveis recolhidos, por uma média “per capita”.-----
----Quatro – Ganhará a escola que obtiver mais pontuação, entregando-se prémios aos três melhores classificados.-----
----Cinco – Os prémios serão em dinheiro, no montante de:-----
----Primeiro – Setecentos e cinquenta mil escudos;-----
----Segundo – Quinhentos mil escudos;-----
----Terceiro – Duzentos e cinquenta mil escudos.-----
----Seis – Pelo menos metade destes valores serão para subsidiar as viagens de finalistas dos alunos da respectiva escola, cabendo ao Órgão Directivo da escola dar destino ao restante valor.-----
----Sete – Cabe aos Sectores de Educação, Higiene e Ambiente a coordenação e atribuição dos prémios.-----
----Oito – O trofeu funciona já no presente ano lectivo e será aperfeiçoado anualmente.”-----
----O Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha colocou “algumas objecções ao conteúdo da proposta, nomeadamente quanto às escolas a ser abrangidas, para além de se poder pensar em atitudes de intromissão no próprio funcionamento das escolas, essencialmente em termos de limpeza.-----

-----O Sr. Vereador Ferreira Nunes rebateu, dizendo não ser essa a filosofia da proposta, mas apenas incentivar atitudes de civismo, das quais o aspecto focado é fundamental.-----

-----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro lembrou que há o Projecto “Educar para Reciclar” e que na proposta apresentada não está o primeiro ciclo.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes esclareceu que a questão tem mais acuidade a partir do segundo ciclo, para além de que a gestão das escolas do primeiro ciclo é da responsabilidade da Câmara.-----

-----O Sr. Presidente pediu alguma ponderação nestas matérias, pois haverá sempre que contar com a anuência das próprias escolas. Por outro lado, atenta a organização dos serviços, a execução da proposta envolveria mais do que um Sector, o que, como é sabido, gera sempre alguns problemas de coordenação.-----

-----Continuando a sua análise, o Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes pediu esclarecimentos sobre o projecto do Museu Etnográfico.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que se trata de uma expressão apenas para marcar uma intenção, pois o que se pretende é a implementação de um Museu Temático sobre o Carnaval, atendendo ao que este evento representa para Torres Vedras.-----

-----Relativamente aos Transportes Urbanos, o Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes solicitou que lhe fosse feito o ponto de situação, tendo o Sr. Presidente prestado os devidos esclarecimentos.--

-----Terminando, deixou nota de que a inscrição de acções com apenas mil escudos, num orçamento deste volume é, para si, ridículo.-----

-----Terminadas as intervenções o Sr. Presidente propôs, atendendo a que a discussão e análise dos dois documentos foi feita em conjunto, que a votação também o viesse a ser.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos contra, uma abstenção e cinco votos a favor, o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para dois mil.-----

-----No tocante ao Orçamento anota-se que o mesmo apresenta quer em receita, quer em despesa o valor de seis biliões, oitocentos e quarenta milhões, quinhentos e doze mil escudos.-----

-----Anotou-se que votaram contra os Srs. Vereadores António Maria da Silva Ferreira Nunes, Engenheiro João António Pistacchini Calhau e Engenheiro José Francisco Damas Antunes, tendo o Sr. Vereador Joaquim Alberto Caetano Dinis se absterido na mesma votação.-----

-----Mais foi resolvido submeter os documentos em apreço, à Assembleia Municipal, a fim de se tornarem definitivos e executórios, após o que ficarão arquivados em pasta anexa ao correspondente Livro de Actas.-----

PROJECTO DE REGULAMENTO – TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O Sr. Presidente fez distribuir por todos os membros do Executivo um exemplar do projecto em

título, solicitando que o mesmo viesse a ser analisado, com vista a ser presente a uma próxima reunião.-----

-----A Câmara deliberou relegar a análise do Projecto em título para uma próxima reunião.-----

QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O Sr. Presidente apresentou ao Executivo proposta do novo Quadro de Pessoal em vigor, dando nota de que foi feito um esforço de modo a não se verificar aumento do número de funcionários.-----

-----A Câmara, tudo visto e conhecedora das Leis que regem esta matéria, deliberou aprovar o novo Quadro de Pessoal da Câmara.-----

-----Mais foi resolvido submeter o mesmo à aprovação por parte da Assembleia Municipal, a fim de se tornar definitivo e executório, após o que será arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – SEGUNDA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO ORÇAMENTO FINANCEIRO – MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE:-----

-----Presente ofício número três mil, novecentos e trinta um, datado de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e noventa e nove, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, através do qual remete a Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de mil novecentos e noventa e nove – Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento Financeiro, de acordo com o estipulado na Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de vinte e três de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----A Câmara, tudo visto, deliberou aprovar a Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento Financeiros dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para mil novecentos e noventa e nove.-----

-----Mais foi deliberado remeter o documento à Assembleia Municipal, atenta a sua competência nesta matéria.-----

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ORÇAMENTO FINANCEIRO, QUE É COMPOSTO PELA DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS E PELA DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES, PARA O ANO DOIS MIL:-----

-----Presente ofício número três mil, novecentos e trinta e quatro, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datado de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----Submetem ao Executivo, para efeitos do disposto na alínea b) do número um, do artigo

cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, os documentos supracitados, os quais foram elaborados em conformidade com as disposições legais previstas no Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis, barra, noventa e três, de vinte e dois de Junho, e aprovados em reunião do Conselho de Administração de vinte e três de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

----A Câmara, inteirada que ficou de tudo, deliberou aprovar a Demonstração Previsional de Resultados, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento Financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano dois mil, cujos originais foram devidamente rubricados em todas as suas folhas e assinados no final pelo Sr. Presidente.-----

----Mais foi resolvido submeter os documentos em apreço para aprovação por parte da Assembleia Municipal, a fim de se tornarem definitivos e executórios, após o que serão arquivados em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

----Ofício número três mil, novecentos e trinta e três, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datado de vinte e quatro de Novembro do ano em curso.-----

----Remete, para efeitos do disposto na alínea o) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, o quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano dois mil, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de vinte e três de Novembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

----A Câmara, conhecedora das Leis que regem esta matéria, deliberou aprovar o Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

----Mais foi resolvido submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, a fim de se tornar definitivo e executório, após o que será arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

DELIBERAÇÕES:-----

----Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade, excepto a que respeita a “Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano de Dois Mil – Proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano Dois Mil”, que foi aprovada por maioria com três votos contra e uma abstenção. Relativamente aos assuntos tratados fora da ordem do dia e objecto de deliberação, a Câmara, para efeitos do disposto no artigo décimo nono do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois, barra, noventa e um de quinze de Novembro, reconheceu a urgência de deliberação imediata sobre esses mesmos assuntos.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A

FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às dezanove horas e quinze minutos e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Secretário que a redigiu.-----
